

COMUNICAÇÕES

A REFORMULAÇÃO CURRICULAR PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO 1º GRAU – ESTADO DE MINAS GERAIS

Selva Guimarães Fonseca *
Newton Dângelo **

Em setembro de 1986, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais lançou um cronograma de encontros regionais e estaduais a fim de serem elaboradas por alguns professores novas propostas curriculares para todas as áreas do ensino de 1º grau.

Os profissionais de História de Uberlândia, reunidos, rejeitaram o processo encaminhado pela SEE e propuseram uma nova via para a concretização da mudança curricular. As principais críticas levantadas pelos professores foram:

a) restrição com relação ao tempo: essa mudança curricular é vontade antiga de muitos professores, reivindicada no 1º Congresso Mineiro de Educação, ocorrido em 1984. Apenas e coincidentemente com o fim do mandato do governador Hélio Garcia, a SEE a propõe. Uma nova proposta, no entender dos professores, exige estudo, discussões, troca de experiências, o que demanda tempo. Atualmente, as condições de trabalho impostas obrigam a maioria dos professores a dobrar turno, o que dificulta ainda mais o desenvolver destas atividades em curto espaço de tempo como propôs a SEE;

b) a forma como foi feita a convocação – somente alguns professores foram convidados para participar das discussões. Segundo a Secretaria, o critério utilizado baseia-se na seleção

daqueles professores que já desenvolvem projetos em suas áreas. Fica, então, a dúvida do que vem a ser o “novo” para os organizadores do encontro, explicitando-se aí sua postura unilateral e centralizadora;

c) falta de divulgação: a grande maioria do professorado mineiro não tomou conhecimento deste processo. Verificou-se posteriormente que a maioria só soube da reformulação depois de seu término, com o programa “novo” montado, pronto para ser aplicado em 1987.

Diante disto e de todas as outras dificuldades de participação no processo instituído, um grupo significativo de professores reunidos elaborou um documento contendo uma proposta alternativa para o processo de reformulação curricular de História.

Alguns pontos da proposta:

a) melhoria da remuneração e das condições de trabalho de professores;

b) democratização da organização do sistema educacional;

c) realização de cursos para os professores, sem os quais ficam dificultados o acompanhamento e as discussões das novas produções nas diversas áreas do conhecimento;

d) organização de encontros periódicos com **todos** os interessados, com liberação de ponto, para trocas de

* Professora do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica – Universidade Federal de Uberlândia.

** Professor da Escola de Educação Básica – Universidade Federal de Uberlândia.

experiências e realização de estudos sobre metodologias e novos objetos da História;

e) elaboração e posterior divulgação de todas as propostas apresentadas pelas regionais, com o caráter de sugestão, sem obrigatoriedade de adoção.

Esta proposta foi rejeitada pela SEE e os professores de Uberlândia continuaram realizando seus encontros, porém negando-se a enviar a sugestão do programa para o encontro Estadual proposto no esquema da Secretaria.

Entretanto, de forma atropelada e sem representatividade, a Secretaria de Educação manteve o cronograma e, antes da posse do novo governador de Minas Gerais, os novos programas já estavam montados, prontos para serem aplicados.

No início do ano de 1987, os primeiros efeitos de todo este processo já foram sentidos por aqueles que no dia-a-dia da realidade escolar têm a responsabilidade de trabalhar com a História.

O novo programa de História, apesar de romper com a cronologia até então contida nos currículos oficiais, elege uma outra ainda mais complexa.

O programa oficial tradicionalmente adotado na maioria das escolas de 1º grau, tendo como suporte para sua aplicação o livro didático, traz uma História dividida em períodos bem distintos, distribuídos ordenadamente nas quatro séries:

- 5ª série – História do Brasil – da Colônia à Independência;
- 6ª série – História do Brasil – do Império à República;
- 7ª série – História Antiga, Medieval e Moderna.
- 8ª série – História Contemporânea.

O novo programa estabelece o seguinte esquema:

- 5ª série – Introdução à História;
Os homens primitivos;
As sociedades antigas: o modo de produção escravista – Grécia e Roma;
- 6ª série – A transição do escravismo para o feudalismo;
O modo de produção feudal;
A modernidade européia:
O Capitalismo;
O sistema colonial – Brasil colônia;
- 7ª série – A consolidação do Capitalismo;
As revoluções européias;
A crise do sistema colonial.
A independência do Brasil;
A expansão Capitalista e a divisão internacional do trabalho;
Brasil Império e República;
- 8ª série – O capitalismo financeiro e monopolista: suas crises estruturais, o neo-imperialismo e a via socialista;
O capitalismo dependente, o subdesenvolvimento e as vias de superação: Revolução e alinhamento internacional.

Os professores de História de Uberlândia, surpreendidos com esta mudança, ficaram angustiados com relação aos conteúdos a serem ministrados em 1987. Os livros didáticos encomendados ao PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) em 1986, de maneira geral, ainda preservavam o antigo esquema do programa oficial até então adotado, o que gerou uma situação conflituosa: ou os professores

adotavam o novo programa, ou continuavam usando seus antigos manuais didáticos da forma como tradicionalmente usavam, sem adotar a nova proposta curricular.

Diante disso houve uma crescente participação nas reuniões periódicas iniciadas em 1986. Um novo cronograma de reuniões foi organizado com o objetivo de aproximar os professores em torno de discussões abrangendo diversos temas, diversas abordagens, troca de experiências e a própria discussão da nova proposta curricular que estava sendo rejeitada pela maioria.

A partir destas discussões, pudemos perceber o aflorar de algumas interpretações e análises acerca do conteúdo da nova proposta curricular. Muitas destas análises evidenciam algumas considerações extremamente importantes no sentido de contribuir para os possíveis caminhos da prática do ensino de História no 1º grau.

Na parte introdutória do texto do programa, os autores o qualificam como "fruto de exaustivas análises de propostas apresentadas pelas bases". – "Desta análise, foi possível perceber um consenso quanto ao tipo de ensino de História a ser alcançado por esta nova proposta."¹

Percebe-se aqui que a expressão "consenso" no mínimo se contrapõe ao processo desencadeado, além de reduzir a transmissão e produção do conhecimento histórico a uma única possibilidade, uma história unitária, homogênea para todo o Estado de Minas Gerais.

Esta "unidade" visava a elaborar "uma História mais crítica, dinâmica,

participativa, acabando assim com a História linear, mecanicista, etapista, positivista, factual e heróica."²

É possível uma História única e ao mesmo tempo crítica e participativa? O que seria uma História crítica e participativa? A mera substituição da cronologia mecanicista e positivista pela evolução dos modos de produção?

O conteúdo programático proposto nos revela a clara intenção de traçar a "História da Humanidade com uma visão geral dos diversos homínidos e sua caminhada pelo planeta."³

O "homem das cavernas" evolui, passando por diversas etapas: comunicações primitivas, escravismo, feudalismo, capitalismo, e caminha para o fim que lhe é determinado – o *socialismo*.

Desta forma, o programa reduz a necessidade de uma Nova História, mais crítica e dinâmica, a uma História única com início, meio e fim já determinados, não deixando brechas às contingências e às diferenças próprias do viver em sociedade.

Além disso, a visão eurocêntrica de História, a lógica do *progresso* tão debatida entre os historiadores brasileiros, marca profundamente a proposta através de uma versão marxista simplificadora, que é a evolução dos modos de produção.

A orientação metodológica proposta, ao mesmo tempo que "garante a incorporação das práticas coletivas e sociais dos alunos ao processo de compreensão e construção do conhecimento histórico", sugere que na 5ª série do 1º grau seja estudado um conjunto variado de temas que englobam o aparecimento do homem no planeta, desconsiderando as dificuldades

1, 2, 3 – MINAS GERAIS. Secretaria do Estado da Educação. *Proposta Curricular para o ensino de História*. MG, 1986.

dos alunos de lidarem com variações de espaço e tempo e suas experiências de vida.

Além disso, "deve-se observar a continuidade do programa de ano para ano", reafirmando uma preocupação didática da continuidade espaço/tempo onde os fatos devem-se organizar *ordenadamente* de forma evolutiva e abstrata descolada das práticas coletivas e sociais dos alunos.

Os conceitos, segundo o programa, "servem para explicar os diferentes povos em diferentes épocas... é importante que o aluno domine o conceito de modo de produção". Este procedimento transforma o processo de compreensão e análise em meras abstrações, cabendo, aos alunos, o papel de memorizar os conceitos elaborados pelos especialistas e aplicá-los às diferentes situações históricas estudadas.

A nosso ver, devemos recuperar a substância dos conceitos e das categorias enquanto construções históricas instituídas em determinadas épocas e lugares e que, portanto, não devem ser generalizadas para todos os tempos e espaços.

Finalmente, os autores do programa reafirmam: "não há aqui a pretensão de esgotar este estudo, mas permitir aos alunos acompanhar e analisar continuamente a realidade que os cerca, voltando sempre à proposta básica, qual seja, a de que os indivíduos-alunos e professores são sujeitos da História.⁴"

A concretização desta proposta requer o repensar do ensino de História como um todo e da nossa prática en-

quanto profissionais comprometidos com o processo social e cultural.

A questão não é apenas escolher "novos" conteúdos programáticos, redistribuí-los em séries diferentes, continuando, porém, a analisá-los através dos mesmos moldes de análise dos chamados conteúdos "tradicionais". Trata-se, então, da necessidade de romper efetivamente com modelos de análise reducionistas e ortodoxos que nos são impostos continuamente por manuais didáticos, programas e produções científicas.

Esta atitude significa necessariamente luta, resistência ao institucionalizado, objetivando produzir transformações no nosso modo de pensar, nas normas, nos valores, enfim, na nossa realidade social.

Neste sentido, neste processo de luta, permeado de contradições, tanto a imposição da forma de elaboração quanto o "novo" programa de História de Minas Gerais representam uma negação das experiências, das lutas e das aspirações de parcelas significativas dos profissionais de História. Estratégia de dominação que, inserida num contexto maior, se caracteriza como "tentativa de reforma do ensino".

Ao mesmo tempo, nossas experiências alternativas apontam possibilidades, diferentes caminhos de lutas e resistências que, de uma forma concreta, nos colocam não apenas como "fazedores" de História enquanto conhecimento, mas sobretudo como Homens e Mulheres que lutam pela construção de nossa própria cultura.

4 - MINAS GERAIS. Secretaria do Estado da Educação. *Proposta Curricular para o ensino de História*. MG, 1986.

BIBLIOGRAFIA

- CERTAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense – Universitária, 1982.
- CHESNAU, Jean. **Hacemos tabla rasa del Pasado**. México, Siglo XXI, 1985.
- CABRINI, Conceição e outros. **O ensino de História**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- LEGOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História**. Lisboa, Ed. 70, 1982.
- LEGOFF, J. e outros. **A Nova História**. Lisboa, Edições 70, 1982.
- SILVA, Marcos A. (Org.). **Repensando a História**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.
- THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. São Paulo, Brasiliense, 1984.